

**ANDES**

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

# InformANDES

Informativo

Nº 129

Brasília (DF)

Junho de 2022



# BRASIL 2035



**I**niciamos este texto pedindo justiça pelos assassinatos brutais do servidor público da Funai, Bruno Pereira, e do jornalista Dom Phillips, bem como pelos indígenas guarani-kaiowá assassinados em Mato Grosso do Sul no final desse mês de junho. Exigimos justiça e reforçamos nossa indignação frente a uma realidade que coloca o Brasil no topo do ranking, entre os países mais violentos para ativistas do meio ambiente, e que tem atacado frontalmente a vida dos povos indígenas e seus direitos à terra e à vida. Bruno e Dom: presentes!

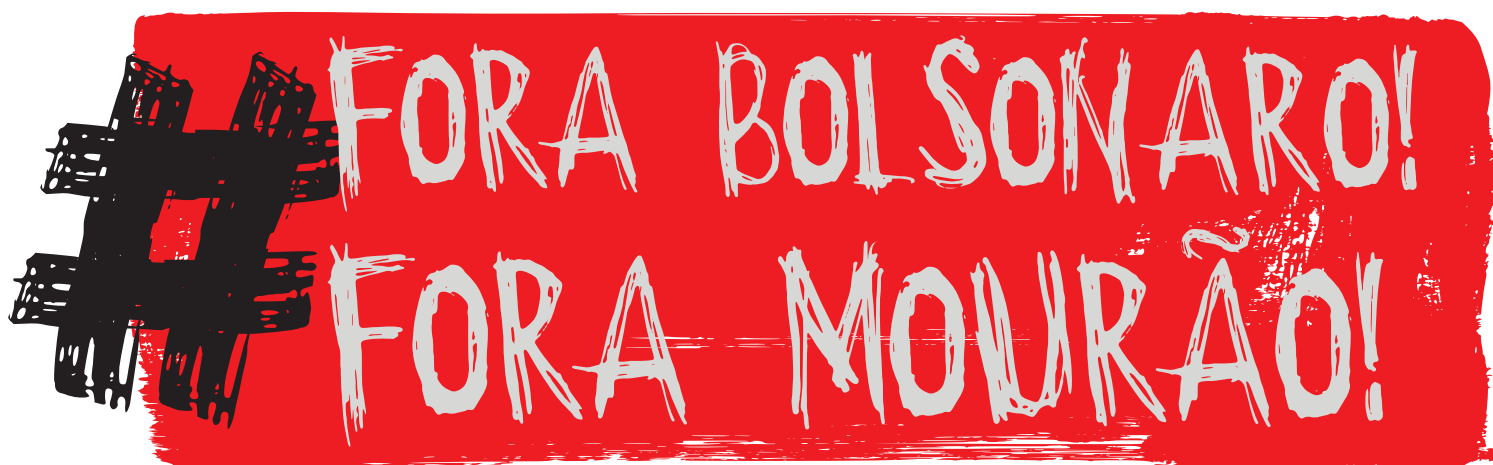
O InformANDES deste mês destaca as profundas contradições e ameaças colocadas no documento “Projeto de Nação: o Brasil em 2035”, que foi lançado sem grandes alardes, em Brasília (DF), no mês de maio, com a presença do vice-presidente Hamilton Mourão e do ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, um dos idealizadores do projeto. O documento foi elaborado em parceria com os institutos militares General Villas Bôas, Sagres e Federalista, e propõe políticas a serem implementadas no país ao longo dos próximos anos. A perspectiva conservadora e autoritária do documento ataca frontalmente a universidade pública, a liberdade do

livre pensamento, entre várias outras facetas de um projeto comprometido com a formação de um sujeito voltado completamente ao mercado e acrítico. Reforça a meritocracia e, entre outros absurdos, a proposta de cobrança de mensalidades nas Instituições de Ensino Superior e também o pagamento pela assistência prestada no Sistema Único de Saúde. Além disso, a proposta dos militares para o Brasil defende o agronegócio e a exploração da mineração.

Veremos, também, que mesmo diante dos cortes orçamentários criminosos na Ciência e Tecnologia e na Educação públicas, nossas universidades públicas continuam sendo o local onde a pesquisa se desenvolve com maior força. O investimento em Ciência e Tecnologia, em 2021, foi menor do que nos 12 anos anteriores, o que afeta diretamente a produção de conhecimento voltada a responder às necessidades da classe trabalhadora. Os cortes orçamentários, nesse sentido, aprofundam ainda mais as contradições de uma ciência e tecnologia refém dos ditames do mercado. Essa é mais uma luta de nosso sindicato que se intensifica, não só no sentido de defender o orçamento público, mas também a necessidade de uma ciência e tecnologia voltadas às necessidades do povo trabalhador brasileiro.

O mês de junho foi marcado por muita luta. Estudantes, professores(as), técnicos(as) das nossas universidades, institutos e Cefets ocuparam as Instituições no dia 09 de junho, denunciando a PEC 206, da cobrança de mensalidades, e os cortes orçamentários. Ato aconteceu em todo Brasil, e o ANDES-SN esteve presente com nossas bandeiras e nosso ânimo de luta em defesa da educação pública e gratuita. No dia 14 de junho, organizamos mais de vinte caravanas de todo Brasil, que concretizaram o Ocupa Brasília em defesa da educação, das estatais e pela recomposição salarial.

É com estes imensos desafios da conjuntura, mas animados pelo processo de intensificação das nossas mobilizações na educação, que vamos para o 65º Conad do ANDES-SN, que acontecerá entre os dias 15 a 17 de julho em Vitória da Conquista (BA). Vamos encaminhar as deliberações do Plano Geral de Lutas do ANDES-SN, atualizar o debate de conjuntura e reforçar nosso compromisso de luta e organização para o próximo período. Sem perder de vista a consigna prioritária FORA BOLSONARO E MOURÃO, lutar pela educação pública, gratuita, por uma ciência e tecnologia socialmente referenciada é nosso compromisso!



## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

# ANDES-SN realizará 65º Conad no mês de julho



RETORNO PRESENCIAL COM CONDIÇÕES DE TRABALHO E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA PARA FORTALECER A LUTA POR EDUCAÇÃO PÚBLICA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA  
15 A 17 DE JULHO DE 2022

REALIZAÇÃO

**ANDES**  
SINDICATO NACIONAL  
CSP - CONLUTAS

**ADUSB**  
ANDES-SN

Entre os dias 15 e 17 de julho, as e os docentes da base do ANDES-SN se reunirão em Vitória da Conquista (BA), para o 65º Conad. Cada seção sindical poderá enviar um delegado ou uma delegada com direito a voto. Demais representantes podem participar como observadores e observadoras, com direito à voz, conforme o estatuto do Sindicato Nacional.

Com tema central "Retorno presencial com condições de trabalho e políticas de permanência para fortalecer a luta por Educação Pública e liberdades democráticas", o encontro acontecerá na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), sob organização da Associação de Docentes da Uesb – Seção Sindical do ANDES-SN (Adusb SSind.).

De acordo com Milton Pinheiro, presidente em exercício do ANDES-SN, o 65º Conad será um momento importante de atualização do debate sobre a conjuntura, que tem se manifestado de forma bastante complexa, não só pelos movimentos do governo federal, mas por aquilo que a postura de Jair Bolsonaro estimula na sociedade.

"Ou seja, a violência, o ataque ao meio ambiente, assassinatos no campo, assassinatos na Amazônia, por exemplo, do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, são situações extremamente complicadas, assim como a situação das

privatizações. Será um momento de discutir as questões mais relevantes da pauta política brasileira, mas também atualizar aquilo no que o ANDES-SN deve se orientar para compreender a conjuntura e fazer seus movimentos políticos dentro dessa conjuntura", acrescenta Pinheiro.

O 65º Conad terá como tarefa a atualização dos planos de lutas gerais e dos setores do ANDES-SN, aprovados durante o 40º Congresso realizado este ano em Porto Alegre (RS), e também deliberar sobre questões organizativas e financeiras, como a aprovação das contas da entidade e do local do próximo Conad. Além disso, as e os participantes discutirão os textos de resoluções que foram remetidos a esse encontro deliberativo pelos delegados e pelas delegadas do 40º Congresso.

"Precisamos avançar na luta em defesa da educação e dos serviços públicos. Esse é um ponto do nosso Conad, em especial pelos ataques ao financiamento das políticas públicas, o rotineiro bloqueio no orçamento da Educação e da Ciência e Tecnologia, que afeta a pesquisa, as condições de trabalho e o acesso e permanência dos estudantes, em especial aqueles mais carentes, advindos dos setores que são rotineiramente excluídos da vida social, que são negros e negras das mais diversas periferias. Nós estaremos lá fazendo a defesa da educação, dos serviços

públicos e no sentido que essas demandas sejam resolvidas na pauta da vida social brasileira", explica.

De acordo com o presidente em exercício do Sindicato Nacional, na atualização do plano dos setores serão debatidas a greve da Educação Federal, as melhores formas de enfrentar a defasagem salarial e atacar outras questões que atingem a categoria, tanto no setor das Federais, quanto das Estaduais e Municipais. "Será um momento oportuno de grande debate e espero que consigamos atualizar nossas diversas pautas e avançar na luta", afirma.

## Caderno de Textos

O caderno de textos do 65º Conad já foi divulgado para categoria e os textos enviados até dia 30 de junho irão compor seu anexo, que será enviado posteriormente. O material irá orientar os debates do Conad e é composto por contribuições da diretoria do ANDES-SN, das seções sindicais e, também, de docentes filiados e filiadas ao Sindicato Nacional.

## Participação

O credenciamento, prévio e digital, encerrou dia 27 de junho. Devido às condições impostas pela pandemia, o passaporte de vacinação e a declaração de compromisso de testagem serão exigidos de todas e todos os participantes.

## #9J



Foto: SINDOIF SSINO/FRS OSORIO



Foto: LUIZ FERNANDO MARIANO/ANDES SSINO



Foto: OLIVIERO SSINO



Foto: SINDOIF SSINO



Foto: ANDRÉ LUIS/ANDES



Foto: SESOJARR SSINO

No dia 9 de junho, em mais de 50 cidades, estudantes, docentes, técnicas e técnicos protestaram contra os cortes orçamentários na Educação e a tentativa de cobrança de mensalidades nas universidades públicas brasileiras.

As seções sindicais do ANDES-SN se somaram aos atos e docentes de diversas instituições também foram às ruas cobrar a recomposição orçamentária da Educação, além de melhores condições de trabalho e ensino, investimento em políticas de assistência estudantil, entre outras pautas.

# #14J - OCUPA BRASÍLIA



Na semana seguinte, em 14 de junho, docentes, estudantes, técnicas e técnicos, além de servidoras e servidores de outras categorias do funcionalismo federal, voltaram às ruas, dessa vez na capital federal. Milhares de pessoas manifestaram por mais recursos para Educação Pública, contra as privatizações das estatais, pela revogação da EC 95 – do Teto dos Gastos –, pelo arquivamento da PEC 32 – a contrarreforma Administrativa, e pela recomposição salarial para as e os SPF, em 19,99%.

A manifestação “Ocupa Brasília” teve início no Anexo 2 da Câmara dos Deputados. Enquanto um ato acontecia no estacionamento, dentro da Casa ocorria uma audiência pública no auditório Nereu Ramos. As ações buscaram pressionar parlamentares e ganhar apoio às pautas defendidas. Na sequência, manifestantes marcharam pela Esplanada rumo ao Ministério da Educação (MEC). O protesto foi encerrado em frente ao Teatro Nacional, em um ato político-cultural com apresentação de maracatu e show do rapper GOG.

# Projeto de militares para o país defende privatização, reformas do Estado e mercantiliza direitos humanos

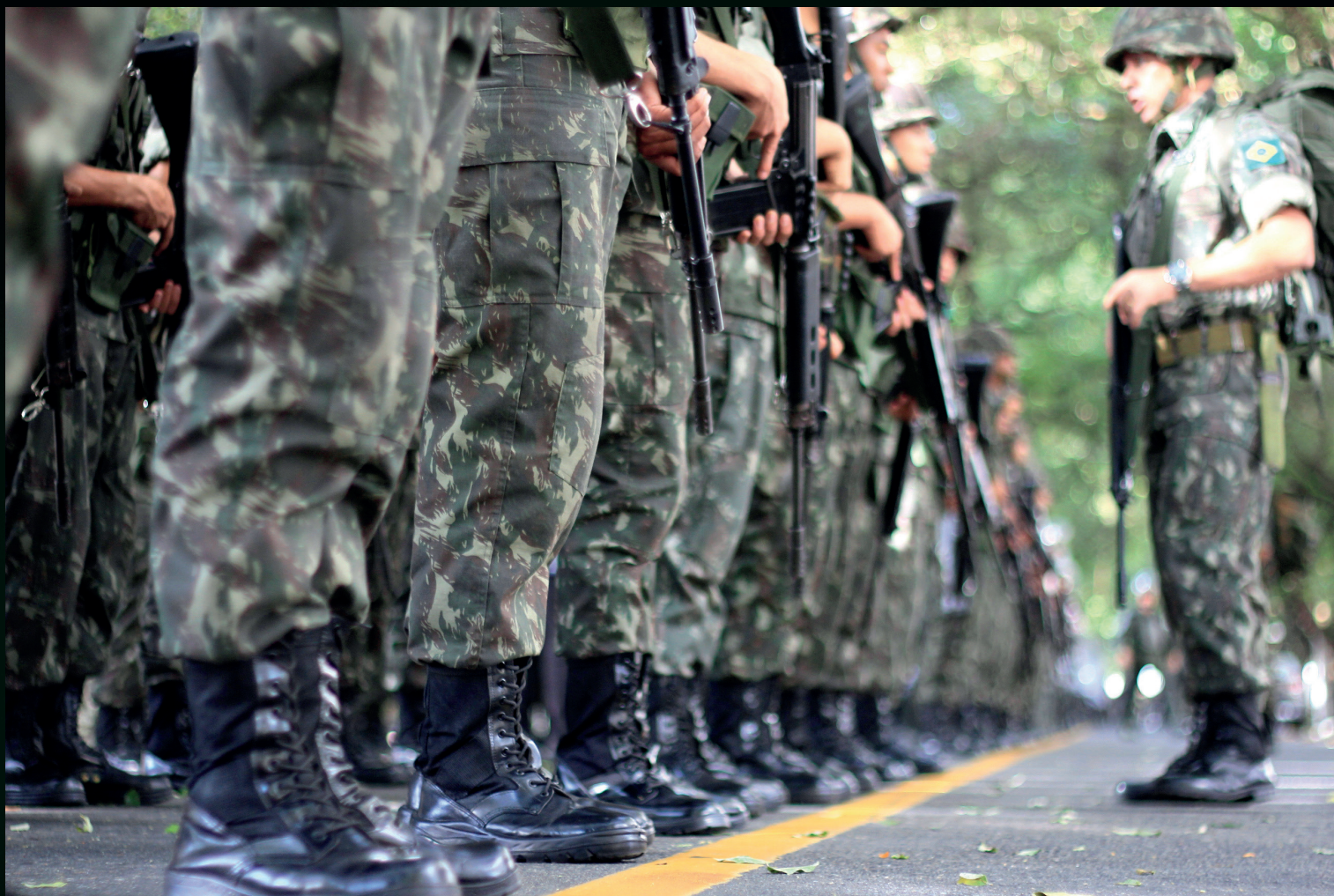


Foto: Shutterstock

**S**em grandes alardes, um documento intitulado "Projeto de Nação: O Brasil em 2035" foi lançado, em Brasília (DF), no mês de maio, com a presença do vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos) e do ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, um dos idealizadores do documento. Coordenado pelo general Luiz Eduardo Rocha Paiva, o documento foi elaborado em parceria com os institutos militares General Villas Bôas (IGVB), Sagres e Federalista e propõe políticas públicas a serem implementadas no país ao longo dos próximos anos.

O "Projeto de Nação" aponta cenários em um horizonte temporal - neste caso, 2035 -, diante de uma conjuntura fictícia, com base em uma visão conservadora, nos costumes, e liberal, na economia, para pautar decisões estratégicas na política do país.

Ao longo das 96 páginas, o documento traz uma análise de conjuntura e aborda 37 temas divididos em 7 eixos:

geopolítica mundial; governança nacional; desenvolvimento nacional; ciência, tecnologia e educação; saúde; segurança e defesa nacional; e segurança pública.

Segundo os autores, o chamado "Projeto de Nação" é uma estratégia nacional "apartidária e sem radicalismos ideológicos, étnicos, religiosos, identitários ou de qualquer natureza, portanto, em total afinidade com o perfil predominante do povo brasileiro".

Entretanto, nas primeiras páginas já é possível ver a radicalidade ideológica traduzida numa possível ameaça para o país que seria o "globalismo" - termo que ganhou repercussão com o falecido Olavo de Carvalho e o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Esse dito "globalismo", combatido pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), seus apoiadores e, também, por parcela significativa dos militares, se expressa concretamente em normas internacionais (sobre clima e imigração) e em instituições internacionais

(ONGs ou organismos internacionais como ONU e Unesco) que, de acordo com eles, impõem padrões que não correspondem completamente aos interesses brasileiros.

O objetivo do movimento internacionalista, segundo o texto, é o de "determinar, dirigir e controlar as relações entre as nações e entre os próprios cidadãos, por meio de posições, atitudes, intervenções e imposições de caráter autoritário, porém disfarçados como socialmente corretos e necessários", diz um trecho do documento.

Diante o avanço do "globalismo", os militares projetam que até 2035 a sociedade brasileira saberá "se posicionar, de modo a elevar a capacidade do País para enfrentar os desafios do jogo do poder — nacional e internacional". No Brasil do futuro, vislumbrado pelos oficiais, uma significativa parcela da população se identificará "como conservador e liberal" e pressionará por mudanças estruturais no sistema de educação e no sistema político.

## Ideologização

Assim como defendem o Movimento “Escola sem Partido” criado em 2004, os institutos militares também acreditam que há uma “ideologização do ensino”, imposta - ao que tudo indica - pelos partidos de esquerda no país, que impactam a vida de crianças e adolescentes com a “doutrinação facciosa efetuada por professores militantes de correntes ideológicas utópicas e radicais, com prejuízo da qualidade do ensino”. “Foram décadas de atraso, que condenaram o País ao subdesenvolvimento e à baixa produtividade”, defendem.

Para os militares, “os currículos foram ‘desideologizados’ e hoje são constituídos por avançados conteúdos teóricos e práticos, inclusive no campo social, reforçando valores morais, éticos e cívicos e contribuindo para o progressivo surgimento de lideranças positivas e transformadoras”.

O documento se refere também à Educação Superior ao dizer que “amplos setores das Instituições de Ensino Superior (IES) — principalmente as públicas — transformaram-se em centros de luta ideológica e de doutrinação político-partidária”.

O atual exercício da docência é desvalorizado pela publicação ao afirmar que as professoras e os professores não ensinam as e os estudantes e não orientam as pesquisas sobre as diversas correntes de pensamento. “Tudo era feito para que o aluno fosse obrigado a pensar exatamente como pensava o professor, caso contrário não conseguiria se formar e tampouco seria aceito pelo grupo”.

No Brasil concebido pelos militares, os debates políticos e ideológicos nos ensinos universitário, técnico e tecnológico se tornarão “equilibrados, com abertura para diferentes correntes de pensamento”.

## Cobranças nas universidades e no SUS

Além da “ideologização” nas instituições de ensino, segundo o “Projeto de Nação”, o problema das universidades não seria o orçamento, mas sim a administração do sistema educacional. Os cortes sucessivos nos últimos anos no orçamento de universidades, institutos federais e cefets, que impactam diretamente o funcionamento dos estabelecimentos, não são sequer citados.

Para mudar esse cenário, o relatório aponta como medida a cobrança de mensalidades aos estudantes das universidades públicas federais e uma melhoria do ensino até 2035

e, consequentemente, do seu desempenho. “Os avanços foram lentos, mas com ótimo resultado, gerando reflexos positivos nos cálculos das avaliações do SINAES (Instituições, Curso, Desempenho dos Alunos) e, em consequência, uma pequena melhora no posicionamento das IES brasileiras nos rankings mundiais de qualidade”, prediz.

A cobrança de mensalidade nas universidades públicas brasileiras é inconstitucional. A proposta apresentada pelos institutos mudaria o dispositivo do artigo 206 da Constituição Federal (CF) de 1988, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Atualmente, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 206/19), de autoria do deputado General Peternelli (União Brasil/SP), tramita na Câmara Federal com proposta semelhante.

A mesma projeção de pagamento é feita para o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), previsto para quem ganha mais de três salários mínimos, a partir de 2022. O documento defende que a cobrança justifica-se pelo fato de que o SUS “consome considerável parcela do orçamento nacional e atende precariamente os cidadãos”. Critica, ainda, o planejamento, gestão e controle do sistema.

No relatório, não é citada a eficiência do atendimento prestado pelo SUS durante a pandemia de Covid-19 e, tampouco, os cortes sucessivos na área em decorrência da Emenda Constitucional 95/16, que impôs o Teto dos Gastos. O SUS é referência no mundo inteiro e garante, desde 1988, com a promulgação da CF, que toda cidadã e todo cidadão brasileiro, e até estrangeiros, tenha acesso à saúde pública e gratuita.

## Autonomia ameaçada

O projeto evidencia ainda mais o seu teor autoritário quando cita as diretrizes para uma melhora na Educação Superior no Brasil. Uma delas consiste em mudança no processo de escolha de reitoras e reitores das universidades públicas, nos moldes do que já vem ocorrendo nas instituições com a intervenção federal. O intuito é restringir as “influências de grupos de interesses políticos, ideológicos e outros que não voltados ao bem comum”. Outro ataque sugerido pelos militares é o de implantar a avaliação de resultados para a comunidade acadêmica, tendo em vista a valorização do mérito, para “aperfeiçoar a gestão nas universidades e institutos federais de Educação”.

Em todo o documento, as políticas de educação e pesquisa são restritas a

áreas consideradas estratégicas, como o agronegócio. Investir na área Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), em torno de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), é uma das ações projetadas pelos militares ampliando a participação do setor privado cerca “das prioridades da CT&I, para atender os Objetivos Nacionais”.

## Economia predatória

Em relação à Economia, o Projeto de Nação destaca a atuação do agronegócio, com a defesa da ampliação e diversificação da “participação do Brasil no mercado mundial de alimentos”, mas não especifica como fazê-lo, e também não menciona a agricultura familiar. “O agronegócio recebeu incentivo para se expandir no Nordeste e, na Amazônia, investiu no aumento de sua produtividade sem expansão territorial das áreas ocupadas”, diz um trecho do documento.

Um dos obstáculos para essa expansão, conforme os militares, seria a dependência internacional da produção de insumos e defensivos agrícolas, “apesar da existência de fontes de matérias-primas, inclusive, em Áreas Indígenas e de Proteção Ambiental, que poderiam ser aproveitadas com retorno para as comunidades locais”.

Já a atividade mineradora, que apresenta alto potencial de impactos ambientais e possui um vasto histórico de avanço contra os povos indígenas e seus territórios, integra uma das metas para o Brasil de 2035. Os militares pretendem ampliar a participação da exploração mineral na economia brasileira, por meio de políticas públicas e de incentivos à iniciativa privada para “agregar valor à exploração mineral no Brasil”. A ideia é implantar o Plano Nacional de Mineração e aumentar de 4% para 10% a contribuição do setor para o PIB nacional.

Para isso, propõem alterar a legislação relativa à exploração mineral e a normas racionais de proteção ambiental, com especial atenção à questão dos resíduos e rejeitos, e torná-la mais flexível, de modo a facilitar o aumento da exploração mineral.

Os autores do documento acreditam que o processo teria muitos empecilhos, com as pressões internacionais de “atores e grupos de pressão” sobre o Brasil os quais, para eles, “limitam muito o desenvolvimento de nossa Mineração”, e ainda uma legislação complexa e restritiva, “ensejando privilégios”.

O chamado “Custo Brasil” é um dos temas abordados no texto. Na avaliação dos oficiais, somente por “reformas administrativas, educacionais, trabalhistas



e tributárias, mudanças na legislação relacionadas com infraestrutura, privatizações e investimentos em equipamentos o Brasil, em 2035, ficaria em uma posição mais competitiva no ranking do Fórum Econômico Mundial”.

O “Custo Brasil” é usado para se referir aos obstáculos que comprometem a competitividade do país, como PIB, inflação e taxa de desemprego, entre outros. O “Projeto de Nação” não apresenta medidas preventivas para o caso de novas pandemias.

Nesse sentido, o documento apresentado pela ala militar não estaria muito distante das políticas adotadas no país com as reformas Trabalhistas e Previdenciária, e a tentativa de reforma

Administrativa e, ainda, com a recente privatização da Eletrobras e de tantas outras estatais nas últimas décadas.

Rodrigo Lentz, doutor em Ciência Política (UnB), explica que o caráter privatista contido no “Projeto de Nação” é um sintoma da ideologia institucional das Forças Armadas construída nas últimas quatro décadas. Para ele, agora, a sociedade democrática está passando por um teste de realidade, desfazendo o mito de que os militares seriam “estatizantes” ou “nacionalistas”.

“O projeto é resultado da irresponsabilidade civil com a organização militar nacional, fruto de um projeto de profissionalização que desconsiderou a realidade da permanência da segurança

nacional como principal papel institucional das Forças Armadas”, disse.

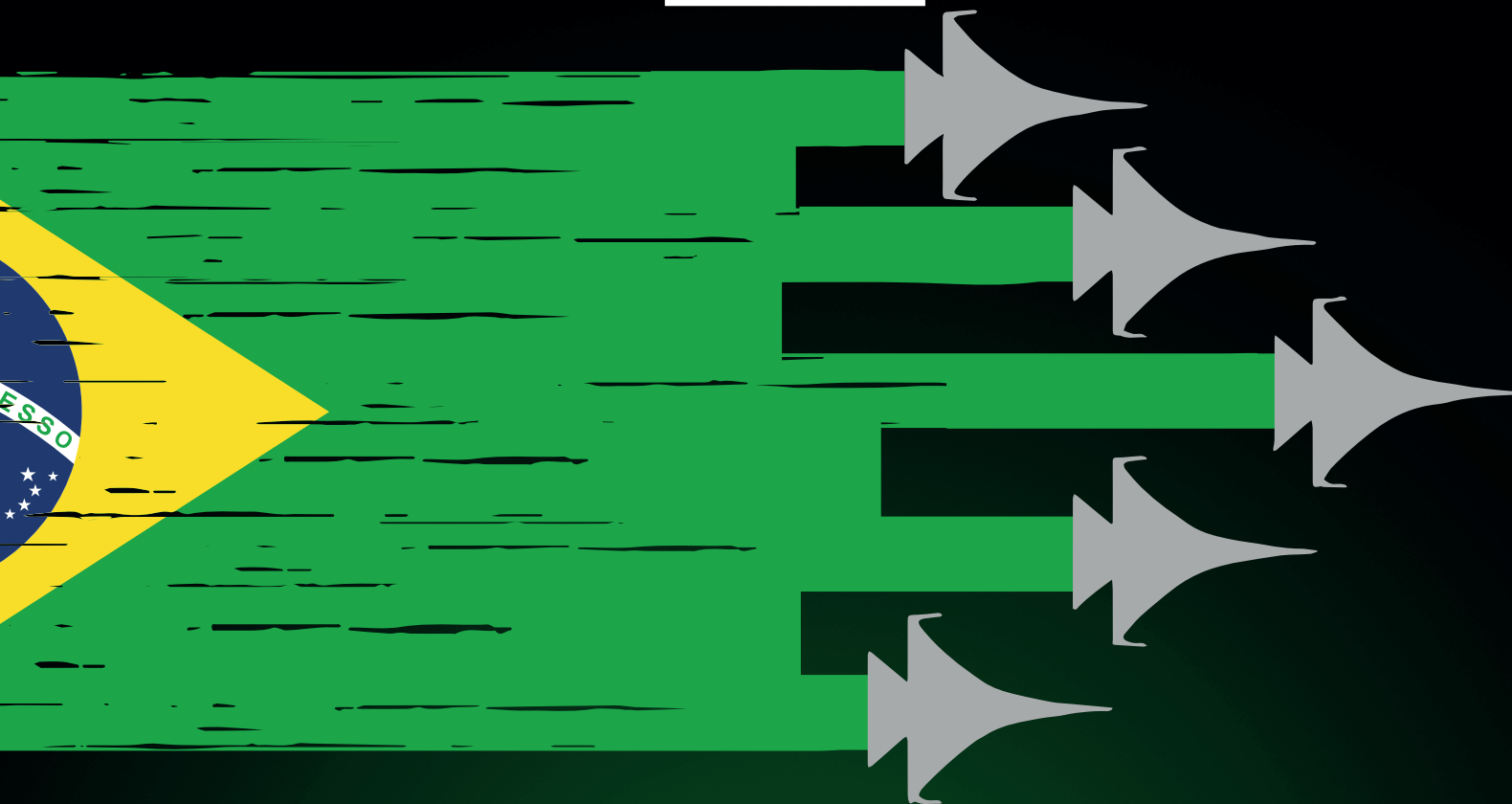
### Segurança Nacional e Pública

O Projeto representa a continuidade de uma ideologia de Segurança Nacional, com a proposta de Integração da Amazônia ao Brasil, que repete o que foi criado durante a ditadura empresarial-militar: “ocupar e integrar”, dos anos 1970. Os objetivos são “ampliar as infraestruturas da Amazônia, de modo a consolidar sua integração ao núcleo de poder nacional e às demais regiões do País até 2035” e “preparar a infraestrutura de transporte e energética regional para a formação de um mercado interno da Bacia Amazônica”.

Para isso, os militares propõem ações como mudanças nas leis referentes à exploração de minérios, como a remoção das restrições da legislação indígena e ambiental, “que se conclua serem radicais, nas áreas atrativas do agronegócio e da mineração”, a regulamentação de capital estrangeiro nas atividades de exploração mineral e a recuperação da BR-319, por exemplo. A pavimentação da rodovia BR-319, que liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM), vai gerar um desmatamento em mais de 300 mil quilômetros quadrados da Amazônia, atingindo municípios, áreas indígenas e unidades de conservação. Lentz avalia que os militares têm outra visão sobre a natureza humana ao proporem a expansão do agronegócio e da exploração mineral. Ele explica que o humanismo cristão conservador se traduz na liberdade individual de iniciativa, igualdade de oportunidades e busca natural



Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil



de um "bem comum". Atrélado a isso há o capitalismo mais conservador, que promove a "integração" do indígena ao modelo de produção do restante do país: extrativista, agroexportador e dependente.

"É a integração histórica da burocracia militar à economia criminal em territórios que estão à margem da 'civilização', seja no campo, na floresta ou nas cidades. Isso também é institucionalizado, tanto nos valores quanto no planejamento da ação política, fazendo da economia criminal parte da ordem política a ser garantida e mantida", analisa o docente.

No que tange à segurança pública, o texto afirma que o crime organizado prospera no país devido à "leniência de setores do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública que viam a criminalidade como fruto da luta de classes, onde os criminosos eram qualificados como vítimas e suas vítimas encaradas como opressores". Para mudar o cenário, os militares defendem que políticas de Segurança Pública sejam concebidas e implementadas, com razoável permanência, assertividade e rigor.

Com isso, o documento ignora a realidade da segurança pública brasileira, que conta com altos índices de encarceramento e se utiliza de estratégias violentas de combate ao crime organizado e narcotráfico, vistos nas operações letais constantes em favelas e periferias.

## Origem

Rodrigo Lentz, que também é pesquisador do Observatório sobre Defesa e Soberania do Instituto Tricontinental,

destaca que a participação dos militares nas decisões do país e a integração do público e do privado, defendida por membros das Forças Armadas, não são recentes. O processo iniciado nos idos de 1930 teve sua institucionalização na época da ditadura empresarial-militar (1964-1985), a partir do "intenso intercâmbio entre oficiais brasileiros e estadunidenses, assim como a participação de civis na Escola Superior de Guerra (ESG) e absorção de militares por multinacionais e empresas nacionais", diz.

O pesquisador explica que, durante a ditadura, "a terceira geração de segurança nacional cuidou de institucionalizar essa simbiose entre capital e burocracia militar, como parte da própria ética militar: subordinação do trabalho ao capital, sendo o mercado o centro de decisões das atividades econômicas e o Estado apenas subsidiário, complementar".

A partir da década de 80, em conjunto com a ESG, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) intensificou essa integração e o que se viu nas décadas seguintes, conforme Lentz, foi uma cooperação permanente com os Estados Unidos da América (EUA), com as Forças Armadas brasileiras se tornando abertamente neoliberais e naturalizando essa integração orgânica entre capital e burocracia militar, por meio da profissionalização para a alta administração pública e planejamento estratégico. Após o período ditatorial, não houve uma mudança nessa conduta

e a forte presença dos militares no governo é fruto da manutenção do Estado de Segurança Nacional após 1985.

## Ascensão

Recentemente, uma nota técnica publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontou que a presença de militares em cargos civis no governo federal aumentou 193% entre os anos de 2013 e 2021, passando de 370 para 1.085 cargos e funções civis comissionados. De acordo com o levantamento, houve uma "tendência de expansão" da ocupação, por militares, de postos em agências reguladoras.

Lentz chama a atenção para o crescimento da participação dos militares nos governos democráticos e pontua a necessidade da sociedade democrática refletir sobre a militarização do Estado.

"Primeiro, nossas Forças Armadas são voltadas para a segurança interna, visando manter uma ordem política e social conquistada em 1964. E isso inclui as forças auxiliares e reservas, as 'polícias' militares. Segundo, partindo dessa realidade que precisa ser conhecida em meandros, parece urgente debater a refundação do Estado nacional, redefinindo um projeto de nacionalidade que envolva desenvolvimento, identidade, segurança e defesa. Somente assim poderemos garantir um papel democrático para as Forças Armadas, ou seja, a defesa nacional, retirando todas suas funções internas e as destinando às instituições civis, sejam as existentes, sejam as novas", conclui.

# Pesquisa nacional **luta para sobreviver asfixiada** por cortes orçamentários



FOTO: SHUTTERSTOCK

O investimento em Ciência e Tecnologia, em 2021, foi menor do que nos 12 anos anteriores, segundo nota técnica divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em 2013, a mesma área havia recebido o maior valor da série histórica desse período, totalizando um investimento de R\$ 27,3 bilhões.

Em meio à maior crise sanitária atravessada por essa geração, a pandemia de Covid-19, que imprimiu urgência às pesquisas sobre vacinas, testes e medicamentos, o orçamento destinado para C&T foi reduzido para R\$17,2 bilhões - valores corrigidos pela inflação do período.

No mesmo ano, o repasse para o Ministério da Defesa percebeu reajuste de 16,16% e para o Ministério da Economia, 19%. Já a Saúde também sofreu corte da ordem de 12%, enquanto a Educação perdeu 8,61% em verbas destinadas.

Porém nem os cortes de verba, nem a perseguição ideológica e a política de sucateamento das universidades públicas e institutos de pesquisa foram capazes de derrubar a excelência do trabalho realizado no âmbito das instituições públicas no país. Mesmo sob ataque cerrado, a produção científica brasileira ainda respira.

Relatório divulgado pela Clarivate Analytics apontou que a produção científica brasileira aumentou 30% - o dobro da média mundial - no período entre 2013 e 2018, sendo que mais da metade desse resultado nacional foi produto do trabalho de 15 universidades, todas elas públicas.

O Brasil é o 13º produtor de Ciência no mundo em número de trabalhos publicados desde 2018, revelam dados da Scimago, tendo a produção de artigos científicos brasileiros aumentado cerca de 32,2% (frente a uma média mundial de 27,1%), em 2020, segundo o estudo Panorama da Ciência Brasileira

2015-2020, produzido pelo Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Também cresceu o número de brasileiros e brasileiras entre os pesquisadores e as pesquisadoras mais citados e citadas do mundo em 2020, segundo pesquisa publicada na Revista Fapesp.

Uma amostra cronológica de afrontas às quais a C&T teve que resistir inclui: a Lei de Inovação (Lei 10.973/2004); a “Lei do Bem” (Lei 11.196/2005); o Decreto 5.563/2005 (revogado pelo Decreto 9.283/2018); o Decreto 5.798/2006, sobre incentivos fiscais à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação; a Lei 11.587/2007, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar ao Ministério do Meio Ambiente; a Instrução Normativa 1.187/2011, que disciplina incentivos fiscais a pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação; a Emenda Constitucional 85/2015, que

acrescenta “inovação” ao lado de C&T na CF/1988; a Lei 13.243/2016, que instituiu o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI); o Decreto 9.283/2018, que regulamenta o MLCTI; a Lei 13.969/2019, “Lei da Informática”; a Lei 13.800/2019, “Fundos Patrimoniais”; a Lei Complementar 177/2021, sobre o FNDCT; a Lei Complementar 182/2021, do “Marco Legal das Startups”.

Já o orçamento federal foi inclemente com a pesquisa brasileira. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que teria R\$ 10,8 bilhões em 2022, viu pouco mais de R\$ 5,1 bilhões serem bloqueados para reduzir o déficit nas contas públicas. R\$ 1,2 bilhão aparece como crédito suplementar, ainda sujeito à aprovação do Congresso para ser executado – caso a arrecadação de impostos aumente. Excluídos esses valores e despesas obrigatórias, como salários, o MCTI conta com apenas R\$ 1,8 bilhão para o ano, o equivalente a 16% do orçamento de 2013.

### **Maior produtora de conhecimento científico**

César Minto, 1º tesoureiro da Regional São Paulo do ANDES-SN, chama a atenção para a informação de que, no Brasil, quem faz ciência, em especial a ciência básica, está nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa. “A realização de pesquisa precisa ser adequadamente financiada e seus resultados em geral podem não corresponder às hipóteses formuladas originalmente”, lembra.

O diretor do ANDES-SN ressalta, ainda, que não é possível ter plena certeza de que seus resultados ocorram no tempo previsto. “Esse processo todo implica a existência e manutenção de financiamento adequado, que permita o planejamento e a realização das pesquisas em todas as suas etapas”, destaca Minto.

“As áreas de Ciência e Tecnologia, bem como a assim chamada ‘inovação’ - caracterizada como conhecimento transformado em produto para ser colocado no mercado e gerar receita - estão submetidas a políticas predatórias articuladas por setores da sociedade nada preocupados com o social, os quais avançaram significativamente na produção de legislação que permite o usufruto de recursos públicos e de instituições igualmente públicas para alcançar os seus interesses privados”, afirma.

Uma das maiores vítimas do aperto orçamentário no MCTI é a agência federal de fomento a projetos de pesquisa, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O orçamento em 2022 é de R\$ 1,15 bilhão, 12% menor que em 2020.

Além dos cortes orçamentários, o governo não cumpriu a promessa de liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal ferramenta de financiamento à pesquisa e à inovação do governo federal, abastecido com receitas de segmentos da economia – como petróleo, energia, saúde, biotecnologia –, recolhidas para os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia.

Em abril, ao sancionar com atraso de cinco meses o orçamento de 2021, o governo manteve o bloqueio de parte expressiva dos valores do FNDCT, ignorando a lei aprovada pelo Congresso em 2020 que proibia novos contingenciamentos. No conjunto, os cortes levaram a crise de financiamento do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, crescente desde 2015, a um novo e alarmante patamar.

Como resultado do desmonte na área de Ciência e Tecnologia, o financiamento insuficiente dos últimos anos tem corroído a capacidade de manter laboratórios relativamente bem equipados.

Atividades de rotina, bolsas e projetos de pesquisa se encontram agora sob risco de asfixia. Tão grave quanto os impactos dos últimos cortes, é a instabilidade que criam no sistema e na confiança dos jovens pesquisadores e pesquisadoras, desestimulando-os a seguir a carreira acadêmica. A chamada ‘fuga de cérebros’ que vem ocorrendo nos últimos anos pode experimentar crescimento exponencial em um cenário de profundo desestímulo.

Diante dessa realidade, César Minto afirma que “o ANDES-SN tem exercido um protagonismo quase isolado – com exceções que permitem tal afirmação – na luta para que a política de ciência, tecnologia e inovação no país tenha como eixo central os direitos e interesses da maioria da população brasileira”.



# 28 de junho: Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ marca a luta por direitos

O Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ é comemorado em 28 de junho, em referência à Revolta de *Stonewall*, nos Estados Unidos, em 1969.

A data carrega a importante missão de combater a LGBTQIA+fobia no mundo inteiro e reforça a importância da construção de uma sociedade igualitária e livre de preconceitos, independente do gênero e orientação sexual.

## Violência

Apesar de avanços como esses, a comunidade continua sofrendo diversas violências. Em 2021, o Brasil assassinou

um LGBTQIA+ a cada 27 horas, segundo o levantamento do “Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+” – que reúne organizações da sociedade civil. Pelo menos 316 pessoas da comunidade foram mortas no país no ano passado. Desses óbitos, 285 foram decorrentes de assassinatos, 26 suicídios e 5 outras causas. Um aumento de 33% em relação a 2020. O Brasil é o país com mais mortes de pessoas LGBTQIA+ no mundo.

Segundo a publicação, apesar do grande número, há indícios de subnotificação devido à ausência de dados governamentais e a utilização de informações disponíveis na mídia que apontam para uma limitação metodológica da pesquisa.

## ANDES-SN na luta

O 28 de junho faz parte do calendário de lutas do ANDES-SN desde 2019. No 38º Congresso do Sindicato Nacional foi aprovado um dia nacional de combate à LGBTQIA+fobia nas Universidades, Institutos e Cefets. Professores e professoras, que fazem parte da comunidade, têm debatido políticas públicas dentro das instituições e do próprio Sindicato Nacional através do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS). Além do calendário de lutas, a entidade já publicou cartilha de combate às opressões, campanhas visuais, entre outros, além do documentário “Narrativas docentes: Memória e Resistência LGBT”.

28/06

DIA INTERNACIONAL  
DO ORGULHO

LGBTQIA+

Tire o seu preconceito  
do meu caminho; eu quero  
passar com o meu amor!

Angela e Willman

